

Ata de Reunião (Nº 367)

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, por meio de videoconferência, realizou-se Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência (C.M.P.), com a presença dos membros titulares: Adriana Rambaiolo Tonin (CP RPPS CODEL I), Adriano Antônio Pazianoto (ANBIMA CPA-10, CP RPPS CGINV III, CP RPPS DIRIG III e CP RPPS CODEL II), Teresa Cristina Sicoli Vilela (CP RPPS CODEL II), Rosimere Cleide Souza Desidério (CP RPPS CODEL II); membros suplentes no exercício da titularidade: Mário José Piccarelli de Castro (ANBIMA CPA-20, CP RPPS CGINV I e CP RPPS DIRIG I) e Silvana Aparecida da Rocha Delfino (CP RPPS CODEL I); membros suplentes: Rosycarmen Pontes Gestal Alvares (CP RPPS CODEL I). Ainda, participaram da reunião o Diretor-Superintendente, Coronel Miguel Elias Daffara (CP RPPS DIRIG I), e o Diretor Técnico Wilclem de Lazari Araujo (ANBIMA CPA-10, CP RPPS CGINV I, CP RPPS CODEL II, CP RPPS COFIS II e CP RPPS DIRIG III). Justificaram suas ausências antecipadamente: Giuliano Cléber Coltro (CP RPPS CODEL I) e Estevan Pietro. **A reunião contou com a seguinte pauta: I – Atos Preparatórios: 1.1) Verificação de quórum legal. 1.2) Palavra da Presidência. 1.3) Palavra da Superintendência/Diretoria. 1.4) Palavra dos Membros. II – Atos Ordinatórios: 2.1) Votação das Atas das Reuniões Anteriores (362 e 365); 2.2) Informações sobre cursos: 2.2.1) Cursos EAD e presenciais disponíveis: 2.2.1.1) Plataforma de Cursos da ABCPREV, acessível em <https://abcprev.eadplataforma.app/>; 2.2.1.2) Eventos Previdenciários presenciais (de assuntos gerais) já anunciados e confirmados: ✓ 2ª Semana de Capacitação Previdenciária da RIOPRETOPREV – de 06 a 08 de maio de 2026, na sede da RIOPRETOPREV. ✓ 59º Congresso Nacional da ABIPEM – 10 a 12 de junho de 2026, Natal/RN; ✓ 5º Seminário Nacional de Investimentos da ANEPREM – 29 a 31 de julho de 2026; ✓ XIX Encontro Jurídico e Financeiro da APEPREM – 25 a 27 de agosto de 2026, Águas de Lindóia/SP. III – Ordem da Pauta do dia: 3.1) Interno 460/2026 – Indicação/Recondução dos membros do Comitê de Investimentos; 3.2) Apreciação e votação do balancete contábil de março de 2026; 3.3) Apreciação e votação das informações sobre os investimentos da entidade no mês de março de 2026; 3.4) Apresentação das decisões do Comitê de Investimentos no mês de abril de 2026, para referendo.** A reunião teve início com a verificado do quórum, que estava de acordo com o §8º do art. 104 da Lei Complementar nº 139/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 364/2012. Aberta a reunião, o Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, informou aos presentes sobre a realização de atividade para os servidores da RIOPRETOPREV, prevista para o dia 20 de maio, às 10h, em formato online, com a participação da Prevcom, que ministrará uma palestra sobre previdência complementar. Esclareceu que a atividade terá como objetivo apresentar aos servidores,

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto – SP - Telefone (17) 3222 7445

E-mail: contato@riopretoprev.sp.gov.br - <https://www.riopreto.sp.gov.br/conselhos/conselho-municipal-de-previdencia>

39 tanto os já limitados ao teto do INSS quanto aqueles que não estão limitados, as vantagens
40 e condições relacionadas à adesão à previdência complementar. Informou, ainda, que os
41 conselheiros estão convidados a acompanhar a palestra, a fim de compreenderem melhor
42 a dinâmica de funcionamento da adesão à PREVCOM e o processo de filiação dos
43 servidores. Foi registrado que a palestra ficará gravada e que, posteriormente, o respectivo
44 link será encaminhado ao grupo do Conselho, possibilitando o acesso àqueles que não
45 puderem participar no dia e horário agendados. O Presidente também comunicou que, após
46 a realização da atividade online, um representante da Prevcom comparecerá
47 presencialmente à sede da RioPretoPrev para esclarecer eventuais dúvidas remanescentes e
48 viabilizar os pedidos de adesão dos servidores interessados. Na sequência, a Conselheira
49 Rosimere Cleide Souza Desidério questionou se, após a gravação da atividade, o material
50 poderia ser disponibilizado aos demais interessados. A Conselheira Adriana Rambaiolo
51 Tonin também solicitou esclarecimento quanto à duração prevista da palestra. O Presidente
52 do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, respondeu que a possibilidade de
53 disponibilização do material gravado a outras pessoas deverá ser avaliada posteriormente,
54 esclarecendo que, inicialmente, a atividade foi pensada para conhecimento dos servidores
55 da RIOPRETOPREV e conselheiros. Ressaltou, contudo, que após a realização da palestra
56 será possível verificar se o conteúdo apresentado poderá servir também a um público mais
57 amplo. Quanto à duração, informou que a previsão é de que a palestra não ultrapasse uma
58 hora. Encerrada a palavra da Presidência, Adriano Antônio Pazianoto, franqueou a palavra
59 à Diretoria. O Diretor-Superintendente, Miguel Elias Daffara, cumprimentou o Presidente
60 do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, e os demais conselheiros e conselheiras,
61 registrando agradecimento pelo empenho e participação dos conselheiros na 2ª Semana de
62 Capacitação Profissional promovida pela RioPretoPrev, realizada na semana anterior,
63 destacando a participação ativa, os questionamentos e os debates técnicos realizados.
64 Ressaltou a importância da capacitação e do aprofundamento em temas previdenciários,
65 considerando a amplitude e a complexidade da legislação aplicável aos Regimes Próprios
66 de Previdência Social. Em continuidade ao assunto tratado pelo Presidente, mencionou que
67 o aprofundamento sobre previdência complementar decorreu de sugestão da Conselheira
68 Rosimere Cleide Souza Desidério, por se tratar de tema relevante para o futuro dos
69 servidores, especialmente daqueles que ingressaram no Município de São José do Rio Preto
70 a partir de 2022. Destacou a importância de conhecer melhor o plano de benefício
71 oferecido pela PREVCOM, em especial a Prevcom Multi, voltada aos municípios que
72 aderirem ao convênio, reforçando o convite para a atividade prevista para o dia 20 de maio,
73 direcionada aos conselheiros e servidores. Solicitou, dentro das possibilidades de cada um,
74 a participação na reunião ou, alternativamente, o acompanhamento posterior da gravação,
75 sugerindo ainda consulta prévia ao site da Prevcom Multi, onde há informações, perguntas
76 e respostas sobre a adesão à previdência complementar. Por fim, observou que as dúvidas
77 sobre o tema interessam não apenas aos gestores e conselheiros, mas também aos

78 servidores municipais, informando que a intenção, em momento posterior, é dialogar com
79 a Prefeitura para ampliar a divulgação dessa possibilidade aos servidores, agradecendo
80 novamente a todos pela busca de conhecimento. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari
81 Araujo, cumprimentou os presentes, desejou a todos uma excelente reunião e um ótimo
82 dia. Na sequência, o Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, passou ao item
83 destinado à palavra dos membros, informando que cada conselheiro disporia de cinco
84 minutos para suas manifestações e franqueando a palavra aos presentes. A Conselheira
85 Rosimere Cleide Souza Desidério registrou agradecimento à Presidência e à Diretoria pela
86 iniciativa de dar sequência às tratativas relacionadas à previdência complementar,
87 observando que o tema, embora previsto em lei, encontrava-se sem andamento efetivo.
88 Relatou ter ouvido comentário de que a Prefeitura realizaria reunião explicativa aos
89 servidores, o que não chegou a ocorrer, e destacou que, durante a capacitação realizada na
90 semana anterior, questionou se a RioPretoPrev já havia buscado providências sobre o
91 assunto, razão pela qual agradeceu a atenção dada ao tema. O Presidente do Colegiado,
92 Adriano Antônio Pazianoto, questionou se algum outro conselheiro desejaria fazer uso da
93 palavra e, não havendo manifestações, informou que havia encaminhado ao grupo do
94 Conselho o site da Prevcom Multi referente ao Município de São José do Rio Preto, página
95 destinada especificamente aos servidores municipais. Destacou que o site contém
96 informações sobre a previdência complementar, formulário de adesão e ferramenta de
97 simulação, por meio da qual é possível estimar o valor de contribuição mensal e a projeção
98 de acumulação até a data da aposentadoria. Ressaltou que a consulta prévia ao material
99 poderá auxiliar os conselheiros a conhecerem melhor o tema e a formularem eventuais
100 questionamentos para a apresentação. Na sequência, passou ao próximo item da ordem do
101 dia, referente à apreciação da Ata nº 366, informando que o documento havia sido
102 encaminhado aos conselheiros na terça-feira anterior e questionando se havia sugestões de
103 alteração ou algum apontamento sobre seu conteúdo. A Conselheira Adriana Rambaiolo
104 Tonin informou que não conseguiu concluir a conferência da Ata nº 366, em razão de sua
105 extensão, e sugeriu que sua apreciação fosse postergada para a próxima reunião,
106 considerando tratar-se da ata referente à reunião anterior. Não havendo objeções, a
107 apreciação e votação da Ata nº 366 foi postergada para próxima reunião ordinária. O
108 Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, passou a tratar dos cursos e eventos
109 já confirmados, registrando que a 2ª Semana de Capacitação Previdenciária da RioPretoPrev
110 já havia sido realizada, bem como que também se encontravam autorizadas as participações
111 no 59º Congresso Nacional da ABIPEM, previsto para ocorrer de 10 a 12 de junho, com a
112 participação de três conselheiros. Informou, ainda, a existência de evento nacional de
113 investimentos promovido pela ANEPREM, no Guarujá, no período de 29 a 31 de julho,
114 observando que, em razão da localidade, o deslocamento possivelmente ocorrerá por carro
115 ou ônibus, ficando o evento à disposição dos interessados. Também mencionou o XIX
116 Encontro Jurídico e Financeiro da APEPREM – 25 a 27 de agosto de 2026, Águas de

117 Lindóia/SP, para o qual já foram indicados os nomes dos conselheiros interessados,
118 conforme informação repassada por Mário José Piccarelli de Castro, esclarecendo que os
119 procedimentos administrativos para viabilizar as participações serão iniciados. Na
120 sequência, informou que, em razão da reforma da previdência aprovada no ano anterior,
121 que criou benefício específico ao servidor com deficiência, será realizada capacitação
122 interna sobre a matéria, explicando que a aposentadoria do servidor com deficiência não se
123 baseia exclusivamente em critérios médicos, mas também em critérios sociais, apurados por
124 meio do Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado para Fins de Aposentadoria – IFBrA.
125 Esclareceu que a RioPretoPrev concluiu a contratação de empresa especializada para
126 ministrar a capacitação e que parte da atividade será destinada à formação geral de
127 servidores, conselheiros e representantes de recursos humanos da Prefeitura e de outros
128 órgãos interessados, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre a aplicação do
129 instrumento. Por fim, adiantou que a atividade deverá ocorrer provavelmente no mês de
130 agosto, com duração estimada de três a quatro horas, e que os conselheiros serão
131 convidados a participar. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, concluiu
132 os avisos relativos aos cursos, informando que, quanto aos conselheiros que solicitaram
133 prova de certificação para upgrade, a contratação e disponibilização deverão ser
134 providenciadas naquela semana ou, no máximo, na semana seguinte. Em seguida, passou
135 ao primeiro item da ordem do dia, referente ao Interno nº 460/2026, que trata da indicação
136 ou recondução dos membros do Comitê de Investimentos. Explicou que Patrícia Nato
137 Toninato Bartolomei, coordenadora do Comitê de Investimentos, encaminhou expediente
138 ao Conselho Municipal de Previdência informando que, em 27 de junho, encerra-se o
139 mandato dos atuais membros do Comitê, solicitando a indicação de novos membros para
140 posterior edição de portaria e início de novo mandato de dois anos. Esclareceu que o
141 expediente também apresenta os critérios para a escolha dos membros, destacando a
142 necessidade de certificação prévia, uma vez que não é possível obter a certificação somente
143 após a indicação. Informou que, com exceção da coordenadora, Patrícia Nato Toninato
144 Bartolomei, os demais membros devem ser indicados pelo Conselho, sendo dois pelos
145 conselheiros representantes dos servidores e dois pelos conselheiros indicados pelo Poder
146 Executivo. Pela parte dos indicados pelo Poder Executivo, registrou a indicação de
147 recondução de Adriano Antônio Pazianoto e Wilclem de Lazari Araujo, ambos já
148 detentores da certificação exigida em nível adequado para atuação no Comitê de
149 Investimentos, deixando a matéria à disposição dos conselheiros para discussão,
150 manifestação e deliberação quanto às indicações. Em continuidade, o Presidente do
151 Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, registrou que Mário José Piccarelli de Castro e
152 Daniel Henrique Martins Biot são os atuais membros do Comitê de Investimentos
153 indicados pelos conselheiros representantes dos servidores, observando que, caso houvesse
154 interesse, poderiam se colocar à disposição para recondução. O Conselheiro suplente no
155 exercício da titularidade e membro do Comitê de Investimentos, Mário José Piccarelli de

156 Castro, cumprimentou os presentes e manifestou interesse em sua recondução ao Comitê
157 de Investimentos, informando que ele e Daniel Henrique Martins Biot têm interesse em
158 continuar exercendo a função e que ambos possuem a certificação exigida. Destacou que,
159 caso o Conselho delibere pela recondução, a permanência dos atuais membros poderá
160 contribuir em razão da experiência e da bagagem acumuladas ao longo dos anos de atuação
161 no Comitê, colocando-se à disposição dos conselheiros. A Conselheira Rosimere Cleide
162 Souza Desidério manifestou-se favoravelmente à recondução dos atuais membros do
163 Comitê de Investimentos, destacando que se trata de função que exige experiência e
164 conhecimento técnico, não sendo uma atividade de assimilação imediata por novos
165 integrantes. Ressaltou que, pelas prestações de contas e informações apresentadas ao
166 Conselho, tem sido possível acompanhar os investimentos e verificar o bom desempenho
167 dos trabalhos realizados, razão pela qual entende que a composição atual deve ser mantida.
168 Registrou, contudo, preocupação quanto à necessidade de formação de novos membros ou
169 suplentes para o futuro, considerando a importância de ampliar o número de pessoas
170 preparadas para atuar no Comitê em eventual ausência dos atuais integrantes. Por fim,
171 reconheceu a capacitação dos membros em exercício e declarou-se favorável à recondução.
172 A Conselheira suplente Rosycarmen Alvares cumprimentou os presentes e, acompanhando
173 a manifestação da Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério, registrou satisfação com
174 o trabalho realizado pelos atuais membros do Comitê de Investimentos, que, em sua
175 avaliação, vem sendo conduzido de forma séria, responsável e cuidadosa. Manifestou apoio
176 à recondução dos membros, destacando, contudo, preocupação semelhante quanto à
177 necessidade de formação de novas pessoas para atuação futura, considerando que a área de
178 investimentos é delicada, complexa e exige conhecimento técnico e experiência. Sugeriu
179 que o Conselho pense em cursos preparatórios e ações de formação para eventuais
180 interessados, a fim de assegurar continuidade ao trabalho caso, no futuro, os atuais
181 membros não possam ou não queiram permanecer na função. Por fim, reconheceu que o
182 tema pode não despertar interesse imediato em todos, justamente por sua complexidade,
183 mas reforçou a importância de estimular a preparação de novos conselheiros para eventual
184 necessidade futura. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, submeteu a
185 matéria à votação e, não havendo manifestação contrária, **RESTOU APROVADA, POR**
186 **UNANIMIDADE, A RECONDUÇÃO DOS SERVIDORES DE CARREIRA**
187 **MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO, DANIEL HENRIQUE MARTINS**
188 **BIOT, ADRIANO ANTÔNIO PAZIANOTO E WILCLEM DE LAZARI**
189 **ARAÚJO PARA COMPOR O COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA**
190 **RIOPRETOPREV NO PERÍODO DE 28/06/2026 A 27/06/2028.** Em seguida,
191 registrou concordância com as observações das Conselheiras Rosimere Cleide Souza
192 Desidério e Rosycarmen Alvares quanto à necessidade de formação e capacitação de novos
193 integrantes, destacando que a RioPretoPrev também enfrenta dificuldades internas
194 relacionadas à disponibilidade de pessoal qualificado. Citou, como exemplo, o setor de

195 concessão de benefícios, que, após a saída de um servidor no final do ano anterior, passou
196 a contar com apenas dois servidores, situação que gera dificuldades operacionais
197 especialmente em períodos de férias. Ressaltou que os serviços previdenciários estão cada
198 vez mais técnicos e exigem servidores capacitados, observando que, embora o concurso
199 público seja importante para recomposição de quadros, a qualificação de novos servidores
200 demanda tempo, razão pela qual é necessário pensar em estratégias de capacitação e
201 preparação de pessoas para assegurar a continuidade e a qualidade dos trabalhos. O Diretor
202 Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, acrescentou que a RioPretoPrev já havia iniciado, em
203 momento anterior, uma minuta de projeto de lei com a finalidade de criar a figura da
204 suplência no Comitê de Investimentos, de modo que, na eventual ausência ou
205 impossibilidade de atuação de algum membro titular, houvesse suplente apto a assumir.
206 Observou, contudo, que a dificuldade prática permanece na identificação de pessoas
207 interessadas e qualificadas, considerando a complexidade das atribuições do Comitê.
208 Destacou, ainda, que, diferentemente de outros colegiados, o Comitê de Investimentos
209 exige certificação prévia para ingresso, o que torna mais restrito o processo de escolha e
210 reforça a necessidade de preparação antecipada de eventuais interessados. Próximo item da
211 ordem do dia, o Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, que também é o
212 Diretor Executivo Interino da Autarquia, apresentou balancete contábil de março/2026:
213 *No período, as receitas orçamentárias totalizaram R\$ 29.890.406,11, sendo: Contribuições dos 5.477*
214 *servidores ativos – R\$ 6.912.184,48; Contribuições dos Aposentados e Pensionistas R\$ 1.322.144,37;*
215 *Contribuição Patronal Normal – R\$ 11.909.199,22; Contribuição Patronal Suplementar –*
216 *R\$ 2.454.712,49; Parcelamentos – R\$ 3.704.997,24; Aportes Periódicos - R\$ 1.367.768,73;*
217 *COMPREV – R\$ 1.202.629,33; Receita Patrimonial – R\$ 459.641,47; Restituições da Folha de*
218 *Pagamento – R\$ 13.168,77; Outras Receitas – R\$ 543.960,01. No período, as despesas equivaleram a*
219 *R\$ 27.813.815,59, sendo: a) Despesa com benefícios previdenciários: i) com 1.927 aposentadorias:*
220 *R\$ 25.335.248,70; ii) com 259 pensões: R\$ 1.894.334,04; iii) com pagamento de benefícios em*
221 *decorrência de ordem judicial: R\$ 39.299,64; iv) indenizações e restituições trabalhistas – R\$ 0,00; v)*
222 *despesas com compensação previdenciária – R\$ 12.249,92; b) Despesas administrativas –*
223 *R\$ 532.683,29. Conclui-se, com análise da peça, um resultado orçamentário superavitário de*
224 *R\$ 2.076.590,52 no mês e deficitário de R\$ 9.658.506,63 no ano, e um resultado previdenciário*
225 *superavitário de R\$ 2.540.938,47 no mês e de R\$ 14.638.529,04 no ano. A Conselheira Adriana*
226 *Rambaiolo Tonin questionou se os parcelamentos relacionados aos imóveis estão sendo*
227 *pagos em dia pelos respectivos devedores/compradores. O Presidente do Colegiado,*
228 *Adriano Antônio Pazianoto, respondeu que os parcelamentos estão sendo pagos*
229 *regularmente, esclarecendo que a maior parte dos compradores adquiriu os imóveis com*
230 *pagamento em até cem meses e vem cumprindo os vencimentos sem maiores problemas.*
231 *Informou que a maior parte dos imóveis vendidos corresponde a lotes localizados no*
232 *Coplan, em maior quantidade, embora não necessariamente em maior valor, e que muitos*
233 *compradores já realizaram construções, inclusive salões destinados à locação, havendo*

234 demanda na região. Destacou que a RioPretoPrev não tem enfrentado dificuldades quanto
235 ao recebimento dos pagamentos, registrando, inclusive, que alguns adquirentes vêm
236 antecipando parcelas, com pagamentos expressivos para amortização ou quitação dos
237 imóveis. A Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério questionou quais imóveis ainda
238 permanecem disponíveis, aproveitando o tema tratado sobre os parcelamentos dos imóveis
239 anteriormente vendidos. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto,
240 respondeu que atualmente restam vinte e um imóveis, observando que, em geral,
241 permaneceram aqueles de maior valor. Informou que há procura por alguns desses imóveis,
242 inclusive com placas de venda instaladas, mas destacou que a RioPretoPrev não está em
243 fase de urgência para alienação, considerando que os bens vêm se valorizando. Explicou
244 que a Autarquia avalia alternativas para melhor aproveitamento patrimonial, como a
245 possibilidade de utilização de ferramenta semelhante a fundo de investimento ou outro
246 modelo que permita desenvolver empreendimento nos imóveis, em vez de simplesmente
247 vendê-los, possibilitando eventual participação nos resultados desses empreendimentos.
248 Estimou que os imóveis remanescentes somam cerca de R\$ 127 milhões em valor
249 patrimonial e ressaltou que, em razão da situação financeira relativamente confortável da
250 RioPretoPrev, o tema deve ser analisado com cautela, a fim de evitar perda de boas
251 oportunidades futuras de valorização ou melhor utilização desses ativos. O Diretor
252 Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, complementou a informação esclarecendo que os
253 imóveis remanescentes estão localizados em regiões estratégicas e valorizadas, como as
254 proximidades dos condomínios Damha e Maria Julia, além de imóvel situado em frente à
255 Receita Federal, áreas que apresentam alta procura e forte valorização. Concordeu com a
256 avaliação de que não há necessidade de urgência da venda, uma vez que a RioPretoPrev
257 não depende atualmente desses recursos e os imóveis possuem potencial de valorização
258 futura. Citou como exemplo os lotes do Coplan, que inicialmente receberam críticas por se
259 tratar de área considerada mais isolada, mas que acabaram sendo vendidos com lucro.
260 Ressaltou que os imóveis remanescentes são estratégicos e que, no futuro, não se vislumbra
261 dificuldade para venda, sendo recomendável aguardar o momento mais oportuno. Também
262 tranquilizou os conselheiros quanto aos custos de manutenção, informando que os imóveis
263 não geram despesas elevadas, havendo apenas custos pontuais, como roçada, além de a
264 Autarquia possuir imunidade tributária, o que reduz encargos. Por fim, reforçou que a
265 estratégia de aguardar e avaliar as possibilidades de mercado se mostra adequada diante de
266 um cenário cada vez mais favorável. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio
267 Pazianoto, citou como exemplo o imóvel da antiga garagem municipal, destacando tratar-
268 se do imóvel mais complexo atualmente sob gestão da RioPretoPrev, em razão da
269 contaminação existente no local, decorrente de antigo posto de combustíveis utilizado, à
270 época, para abastecimento da frota municipal. Informou que, quando o imóvel foi
271 transferido à Autarquia, não houve comunicação prévia sobre a contaminação, tendo a
272 RioPretoPrev sido posteriormente surpreendida com a necessidade de adoção de

273 providências para descontaminação da área. Esclareceu, contudo, que o imóvel está alugado
274 faz alguns anos para a FUNFARME, que o utiliza como estacionamento para seus
275 funcionários e realiza os pagamentos regularmente. Explicou que os valores oriundos da
276 locação vêm sendo utilizados para custear as campanhas de descontaminação, inclusive por
277 meio de contratações realizadas pela própria FUNFARME, com abatimento no aluguel, o
278 que tem permitido avançar significativamente no processo. Destacou que a ocupação do
279 imóvel é positiva, pois reduz riscos de invasão, depredação ou abandono, além de contribuir
280 para sua conservação, uma vez que o locatário realiza cuidados e manutenções no local.
281 Ressaltou, ainda, que a regularização ambiental tende a eliminar fator de desvalorização do
282 bem e poderá viabilizar futuramente algum empreendimento no local. Por fim, observou
283 que, além de não gerar custo relevante à Autarquia, o imóvel vem sendo conservado e
284 valorizado com recursos provenientes da própria locação. A Conselheira Adriana
285 Rambaiolo Tonin questionou sobre o abono de permanência mencionado anteriormente,
286 informando que não acompanhou esse ponto na reforma da previdência e que não havia
287 compreendido se houve alteração nas regras, bem como se mais servidores passaram a ter
288 direito ao referido abono. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto,
289 esclareceu que a alteração está relacionada à regra geral de aposentadoria. Explicou que,
290 anteriormente, para fazer jus ao abono de permanência, o servidor precisava cumprir os
291 requisitos da aposentadoria por tempo de contribuição, incluindo 35 anos de contribuição
292 para homens ou 30 anos para mulheres, além da idade mínima exigida. Informou que, com
293 a reforma da previdência, foi criada uma regra permanente de aposentadoria, com cálculo
294 de 60% acrescido de 2% por ano de contribuição, cujo requisito mínimo de tempo de
295 contribuição é de 25 anos. Dessa forma, servidores que já possuíam idade para
296 aposentadoria, mas não alcançavam 30 ou 35 anos de contribuição, e que contam com pelo
297 menos 25 anos de contribuição, passaram a poder preencher os requisitos para o abono de
298 permanência, motivo pelo qual alguns requerimentos vêm sendo apresentados. A
299 Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin questionou se a alteração relativa ao abono de
300 permanência foi divulgada aos servidores, observando que, embora tenha percebido
301 aumento no número de requerimentos, sua preocupação é saber se todos os possíveis
302 interessados estão cientes da possibilidade. Registrou, ainda, sua discordância quanto à
303 necessidade de solicitação expressa do abono de permanência pelo servidor, por entender
304 que se trata de direito que depende de requerimento para ser concedido. A Conselheira
305 Adriana Rambaiolo Tonin questionou se a alteração relativa ao abono de permanência foi
306 devidamente divulgada aos servidores, observando que, embora tenha percebido aumento
307 no número de requerimentos, sua preocupação é saber se todos os possíveis interessados
308 estão cientes da possibilidade. Registrou, ainda, sua discordância pessoal quanto à
309 necessidade de solicitação expressa do abono pelo servidor, por entender que o ente
310 público deveria manter essas informações organizadas e providenciar a concessão quando
311 preenchidos os requisitos, sem depender de requerimento. Ressaltou, contudo, saber que

esse não é o procedimento adotado no Município, razão pela qual solicitou esclarecimentos sobre como ocorreu a divulgação aos servidores. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, esclareceu que o servidor pode verificar a possibilidade de direito ao abono de permanência ao acessar o aplicativo e realizar a simulação de aposentadoria, momento em que o sistema indica a existência do direito, quando preenchidos os requisitos. Informou, contudo, que não houve comunicado geral direcionado a todos os servidores sobre essa alteração, sendo necessário que cada interessado esteja atento e realize a consulta no aplicativo “minha RIOPRETOPREV”. Explicou que, em linhas gerais, servidores homens com idade mínima exigida e ao menos 25 anos de contribuição, desde que preenchidos os demais requisitos e não utilizem esse tempo para outra regra de aposentadoria, provavelmente poderão ter direito ao abono, podendo formalizar a solicitação caso tenham segurança quanto ao enquadramento. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, complementou que a reforma também contemplou situação diversa, anteriormente não abrangida pelo abono de permanência, relativa aos servidores que possuem bastante tempo de contribuição, mas idade reduzida. Explicou que, antes da reforma, havia regra semelhante à prevista na Emenda Constitucional nº 47/2005, que permitia aposentadoria com redução de idade mediante maior tempo de contribuição, pela compensação de um ano de idade para cada ano excedente de contribuição. Informou que essa lógica foi mantida na reforma municipal e que, embora essa regra, sob a ótica constitucional anterior, não gerasse direito ao abono de permanência, o Município passou a incluí-la entre as hipóteses de concessão. Assim, o servidor que ingressou antes da reforma, possui tempo elevado de contribuição e ainda não alcançou idade mínima mais elevada, também pode ter direito ao abono de permanência. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin observou que essa regra tende a alcançar de forma significativa os servidores da área da educação, considerando que muitos iniciam a vida profissional mais cedo e, conseqüentemente, acumulam maior tempo de contribuição antes de atingir idade mais elevada. A Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério comentou que as servidoras da RioPretoPrev que realizam o trabalho de levar informações do Instituto aos diversos locais também têm comparecido às escolas, relatando que, após essas visitas, professoras de duas unidades escolares diferentes entraram em contato com ela. Informou que, durante as reuniões realizadas nas escolas, as professoras relataram que não tinham conhecimento sobre o assunto e que passaram a saber pela própria RioPretoPrev, por meio das explicações prestadas pelas servidoras responsáveis pela atividade, demonstrando que o tema tem alcançado servidores da educação. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, manifestou concordância com a observação da Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin, reconhecendo que o ideal seria a concessão automática do abono de permanência aos servidores que preenchessem os requisitos. Ressaltou que a RioPretoPrev tem interesse na concessão do benefício, inclusive por sua relevância para o RPPS, mas ponderou que, do ponto de vista operacional, a implantação de uma concessão automática é bastante

351 complexa. A Conselheira Teresa Cristina Sicoli Vilela pediu a palavra para apresentar
352 observação sobre o tema, esclarecendo que possui direito ao abono de permanência, mas
353 que, em sua situação específica, a concessão automática não seria adequada. Explicou que,
354 embora pudesse ter interesse no recebimento do abono, a formalização do requerimento
355 implicaria renúncia a direito relacionado à sua aposentadoria pelo INSS, razão pela qual
356 ressaltou a importância de o servidor ter ciência prévia das consequências antes da
357 concessão do benefício e poder optar. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo,
358 complementou que, para a RioPretoPrev, não haveria impedimento quanto à concessão
359 automática do abono de permanência, caso isso fosse operacionalmente possível, pois seria
360 uma medida positiva para o RPPS. Contudo, além da complexidade operacional, destacou
361 a preocupação apontada pela conselheira Teresa, no sentido de que, se o abono for
362 concedido automaticamente sem ciência expressa do servidor, o recebimento do benefício
363 pode gerar consequências previdenciárias relevantes, especialmente quanto ao tempo
364 celetista anteriormente averbado. Explicou que, a partir do recebimento do abono de
365 permanência, o período utilizado para a concessão não poderá ser desaverbado futuramente
366 para aproveitamento em outro regime previdenciário, o que exige cautela e ciência do
367 servidor antes da concessão. A Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério ponderou
368 que a questão relativa à concessão ou divulgação do abono de permanência não dependeria
369 exclusivamente da RioPretoPrev, considerando que o pagamento do abono é realizado pela
370 Prefeitura. Assim, manifestou entendimento de que eventual iniciativa nesse sentido deveria
371 partir do próprio ente municipal, registrando dúvida quanto à adequação de a RioPretoPrev
372 assumir diretamente essa atribuição. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio
373 Pazianoto, concordou com a ponderação da Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério,
374 observando que, por se tratar de verba paga pela Prefeitura, eventual busca ativa ou
375 procedimento mais amplo dependeria do próprio ente municipal. Informou que alguns
376 órgãos, como a Câmara Municipal, realizam consultas periódicas à RioPretoPrev para
377 verificar a existência de servidores que eventualmente tenham direito ao abono de
378 permanência e ainda não estejam recebendo. Ressaltou, contudo, que a matéria é complexa
379 e exige acompanhamento cuidadoso, destacando que o papel da RioPretoPrev, nesse
380 contexto, deve ser principalmente educativo, com divulgação de informações, campanhas
381 de orientação e estímulo para que os servidores acessem o aplicativo, atualizem seus dados
382 e verifiquem a possibilidade de direito ao benefício. A Conselheira Rosimere Cleide Souza
383 Desidério manifestou preocupação quanto a eventual iniciativa da RioPretoPrev
384 relacionada à divulgação ou busca ativa do abono de permanência, considerando que o
385 pagamento do benefício é de responsabilidade da Prefeitura e não gera custo direto à
386 Autarquia. Comparou a situação com outros procedimentos funcionais, citando como
387 exemplo a progressão na carreira mediante apresentação de certificados, em que, embora o
388 servidor já apresente a titulação no ingresso ou posteriormente, ainda precisa formalizar
389 requerimento administrativo para obter o reconhecimento, podendo deixar de receber

valores caso não protocole o pedido no momento adequado. Nesse contexto, criticou a dificuldade enfrentada pelos servidores em alguns procedimentos de recursos humanos junto à Prefeitura, observando que, em sua percepção, o acesso acaba sendo dificultado. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin concordou com a importância de orientar os servidores e relatou experiência pessoal relacionada ao pedido de sexta parte, afirmando que, inicialmente, foi informada de que não teria direito ao benefício, situação que somente foi revista após solicitar que a negativa fosse formalizada por escrito. Destacou que a sexta parte é um direito do servidor e que, mesmo assim, no momento do requerimento, podem ocorrer dificuldades de interpretação ou resistência administrativa, observando que situações semelhantes ainda acontecem. Ressaltou que, embora o pagamento de determinados benefícios seja de responsabilidade da Prefeitura, muitos servidores associam os temas previdenciários e funcionais à RioPretoPrev, razão pela qual entende ser importante que o Instituto continue, dentro de suas possibilidades, orientando os servidores, especialmente quanto ao uso do aplicativo e à verificação de eventuais direitos. Por fim, registrou preocupação com a falta de conhecimento dos servidores sobre seus próprios direitos funcionais e previdenciários, mencionando caso de servidora que realizou pedidos sem compreender exatamente qual direito estava requerendo, o que, em sua avaliação, demonstra a necessidade de ampliar as ações educativas e informativas. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, explicou que uma das intenções de estimular o cadastramento obrigatório pelo aplicativo é justamente fazer com que o servidor acesse a ferramenta, atualize seus dados e passe a ter curiosidade em verificar sua própria situação previdenciária, especialmente quanto às informações relacionadas à aposentadoria. Ressaltou que a expectativa é que os servidores realizem o cadastramento e explorem as funcionalidades disponíveis no aplicativo, o que pode contribuir para maior conhecimento sobre seus direitos e sua situação funcional. A Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério destacou que, nos últimos anos, houve melhora na aproximação da RioPretoPrev com os servidores, especialmente por meio dos cadastramentos e das ações informativas realizadas nas escolas. Relatou que, ao orientar colegas no ambiente escolar, percebe que o acesso ao aplicativo e aos dados previdenciários contribui para ampliar o conhecimento dos servidores sobre seus direitos. Também ressaltou a importância das visitas e comunicações feitas pelas servidoras da RioPretoPrev às unidades escolares, observando que ainda há grande desinformação, inclusive sobre regras básicas de aposentadoria. Por fim, defendeu que o ideal seria uma ação conjunta entre Prefeitura e RioPretoPrev já no ingresso do servidor no serviço público, com orientação inicial sobre direitos funcionais e previdenciários. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, reconheceu a necessidade de aprimorar a recepção e orientação inicial dos servidores quanto aos seus direitos funcionais e previdenciários, destacando que esse processo tende a evoluir com o tempo. Observou que, futuramente, poderá haver maior integração de dados com cadastros do governo federal, permitindo acesso mais seguro aos

429 vínculos anteriores dos servidores e melhor orientação desde o ingresso no serviço público.
430 Também mencionou a possibilidade de solicitar, já no início do vínculo, documentos como
431 a Certidão de Tempo de Contribuição junto ao INSS ou a outros regimes, a fim de formar
432 base de dados mais precisa. Ressaltou, contudo, que tais avanços demandariam estrutura e
433 pessoal, especialmente porque a Prefeitura costuma admitir grandes grupos de servidores
434 de uma só vez, o que dificulta atendimentos individualizados. Por fim, afirmou que a
435 RioPretoPrev tem ciência da necessidade de aperfeiçoar esse trabalho de acolhimento e
436 orientação aos novos servidores. A Conselheira suplente Rosycarmen Pontes Gestal
437 Alvares sugeriu que, enquanto não houver estrutura mais ampla de formação e orientação
438 individualizada, a RioPretoPrev utilize pequenos informativos nas redes sociais, no
439 aplicativo e nas ações presenciais já realizadas pelas servidoras, com mensagens simples e
440 objetivas para estimular o servidor a acessar o aplicativo e conhecer suas funcionalidades,
441 como a simulação de aposentadoria. Destacou que conteúdos curtos, em formato de
442 chamadas como “você sabia?”, poderiam despertar maior interesse dos servidores pela
443 própria vida funcional e previdenciária. Observou que, em geral, apenas os servidores mais
444 interessados procuram espontaneamente informações sobre seus direitos, razão pela qual
445 ações informativas simples e frequentes poderiam ampliar o alcance das orientações e
446 incentivar o uso do aplicativo. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto,
447 acolheu a sugestão da Conselheira suplente Rosycarmen Pontes Gestal Alvares e informou
448 que a RioPretoPrev está estudando novas formas de comunicação com os servidores,
449 inclusive por meio da utilização de inteligência artificial para produção de vídeos curtos,
450 simples e objetivos, destinados à divulgação em redes sociais e grupos de servidores.
451 Explicou que a ideia é criar conteúdos rápidos, com duração aproximada de 30 a 40
452 segundos, abordando temas como abono de permanência, contribuição previdenciária, uso
453 do aplicativo e consulta de direitos, em linguagem acessível e com potencial de maior
454 alcance. Destacou que a proposta não substitui a comunicação tradicional, como materiais
455 informativos e visitas às escolas, mas busca complementá-la com ferramentas mais diretas
456 e atrativas, especialmente para alcançar servidores que normalmente não procuram
457 espontaneamente informações previdenciárias. Informou, ainda, que o aplicativo da
458 RioPretoPrev passa por evoluções e que a intenção é estimular o servidor a acessá-lo,
459 atualizar seus dados cadastrais e consultar sua situação previdenciária. Por fim, ressaltou
460 que a Autarquia continuará avaliando sugestões e alternativas para aprimorar a
461 comunicação institucional e ampliar o acesso dos servidores às informações sobre seus
462 direitos. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin considerou positiva a proposta de
463 utilização de vídeos curtos e inteligência artificial na comunicação institucional, mas
464 recomendou cuidado na escolha das imagens e personagens utilizados, a fim de evitar
465 representações estereotipadas de aposentados, como figuras excessivamente associadas à
466 velhice ou fragilidade. Observou que a imagem social da pessoa aposentada mudou,
467 havendo muitas pessoas aposentadas ativas e saudáveis, razão pela qual a comunicação deve

evitar reforçar percepções inadequadas. Relatou experiência de uma amiga que, ao participar de atividade após a aposentadoria, sentiu-se desconfortável ao se deparar com imagem estereotipada de aposentado, por não se reconhecer naquela representação. Por fim, esclareceu que sua manifestação não tinha caráter de crítica, mas de alerta para que a comunicação da RioPretoPrev seja inclusiva, respeitosa e adequada à realidade dos aposentados. Não havendo mais manifestações a assunto foi colocado em votação, **restando aprovado, por unanimidade, o balancete contábil de março de 2026.** Ato contínuo, Adriano Antônio Pazianoto apresentou informações sobre o desempenho dos investimentos do mês de março de 2026: *DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA RESOLUÇÃO CMN Nº 5.272/2025: Transição Regulatória – Atualização do Marco Normativo: A partir de 02 de fevereiro de 2026 entrou em vigor a Resolução CMN nº 5.272/2025, que passou a regulamentar as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), substituindo a Resolução CMN nº 4.963/2021. A nova regulamentação introduziu atualizações relevantes no arcabouço de investimentos previdenciários, incluindo novos critérios relacionados à governança, à classificação prudencial das instituições financeiras, aos limites de participação de recursos de RPPS em fundos de investimento e à reorganização dos segmentos de aplicação. Em razão dessas alterações regulatórias, algumas aplicações existentes na carteira apresentam situações de desenquadramento passivo, caracterizadas quando o desenquadramento decorre de mudanças normativas ou fatores alheios à decisão de investimento da Autarquia. Enquadramento da Carteira por Segmento: A conformidade com a Resolução CMN n.º 5.272/2025 abrange diferentes segmentos, destacando-se: Renda Fixa: 75,97% do PL (Limite 100%, Art. 7º); Renda Variável: 10,75% do PL (Limite 50%, Art. 8º); Investimentos no Exterior: 3,30% do PL (Limite 10%, Art. 9º); Investimentos Estruturados: 9,98% do PL (Limite 20%, Art. 10º). Distribuição da Carteira por Classe de Ativo: Adentrando no detalhamento de cada segmento: Renda Fixa: Art. 7º, I => 4,45% PL - Limite 100%; Art. 7º, II => 62,03% PL - Limite 100%; Art. 7º, V => 7,61% PL - Limite 80%; Art. 7º, VI => 1,88% PL - Limite 20%. Renda Variável: Art. 8º, I => 6,91% PL - Limite 40%; Art. 8º, III => 3,84% PL - Limite 10%. Investimentos no Exterior: Art. 9º, II => 0,92% PL - Limite 10% no total de IE; Art. 9º, III => 2,38% PL - Limite 10% no total de IE. Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => 6,45% PL - Limite 15%; Art. 10º, III => 3,53% PL - Limite 10%. Limite Global: De acordo com Art. 14, os RPPS ficam sujeitos a um limite global, no conjunto dos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários de 60% do PL para Nível IV do Pró-Gestão RPPS. Participação da RioPretoPrev nos Fundos de Investimento: No que diz respeito aos limites em relação ao PL da RioPretoPrev (Art. 18º), excetuados as aplicações de emissão do Tesouro Nacional, o maior percentual é do BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO, representando 6,45% do PL, seguido do FI BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESPONSABILIDADE LIMITADA e CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP que ocupam o 2º e 3º lugares, com 5,50% e 2,86% do PL, respectivamente. Controle da Participação de RPPS no Patrimônio Líquido dos Fundos: Nos termos do Art. 19 da Resolução CMN nº 5.272/2025, o maior percentual em relação ao Patrimônio*

507 *Líquido (PL) de um fundo, é de 3,61%, sendo atribuído ao fundo BTG PACTUAL S&P 500 BRL*
508 *FI MULTIMERCADO. Os dois seguintes, com 3,13% e 2,51% do PL, são, respectivamente,*
509 *KINEA PE IV FEEDER INST I FIP ME e SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIF.*
510 *Entretanto, de acordo com §2º os fundos deverão limitar a participação total dos RPPS em até 50% de*
511 *seu PL (exceto durante doze meses iniciais; fundos 100% TP e outras situações trazidas na Resolução), e*
512 *com a entrada em vigor da RES. CMN nº 5.272/2025 a Riopretoprev passou a ter casos de*
513 *desenquadramento passivo para alguns fundos, que será detalhado no item sobre “Desenquadramento*
514 *Passivo – Resolução CMN nº 5.272/2025”. Desenquadramento Passivo – Resolução CMN nº*
515 *5.272/2025: Em razão da entrada em vigor da nova regulamentação, algumas aplicações apresentam*
516 *situações pontuais de desenquadramento passivo relacionadas principalmente à classificação prudencial das*
517 *instituições financeiras ou ao percentual de participação de recursos de RPPS no patrimônio líquido de*
518 *determinados fundos. Essas situações decorrem de alterações regulatórias supervenientes e não de novas*
519 *decisões de investimento. Volume total desse desenquadramento: R\$ 33.212.863,15 = 4,75%.*
520 *Observação: Em 15/04/2026 o Banco Daycoval emitiu comunicado manifestando-se no sentido de buscar*
521 *enquadramento junto ao grupo S2 do Banco Central do Brasil. De acordo com o Art. 27, § 1º os recursos*
522 *poderão ser mantidos pelo prazo de até dois anos da ocorrência do desenquadramento. Como já averbado,*
523 *trata-se de desenquadramento passivo, não havendo nenhuma alocação nova ou assunção de novo*
524 *compromisso de investimentos de recursos em fundos desenquadrados posteriormente à vigência da nova Res.*
525 *CMN nº 5.272/2025. O Comitê vislumbra que, sob o ponto de vista da melhor estratégia na gestão de*
526 *investimentos, por haver amparo jurídico-normativo na continuidade dos recursos locados nos referidos fundos*
527 *(dentro do prazo de dois anos do art. 27, §1º), não seria prudente e oportuno o resgate de tais investimentos*
528 *no atual momento, com o fulcro de se evitar realização de prejuízos ou resgate intempestivo de alocações que*
529 *ainda se mostram inequivocamente importantes para o atingimento da meta. Eventuais novos aportes em*
530 *fundos que poderiam, em tese, estar desenquadrados pela nova norma (FIP’s) estariam embasados por*
531 *compromissos deliberados pelo Comitê (e devidamente cancelados pelo Conselho) em período anterior à*
532 *vigência da Res. 5272/25, pacificamente amparados pela segurança jurídica do ato jurídico perfeito*
533 *(assumidos perante norma que os respaldavam à época), ainda se mostrando como importantes estratégias*
534 *de investimentos para a diversificação e atingimento da meta atuarial na ótica deste Comitê. Assim, em*
535 *23/03/2026 o Comitê de Investimentos deliberou pela manutenção dos fundos em situação de*
536 *desenquadramento passivo com a entrada em vigor da Res. CMN nº 5.272/2025, considerando o prazo*
537 *legal de até 02 anos para desinvestimentos (02/02/2028), avaliando periodicamente as alternativas para*
538 *eventual reenquadramento da carteira, sempre observando os princípios de segurança, rentabilidade,*
539 *solvência, liquidez, adequação à natureza das obrigações, transparência e preservação do valor dos recursos*
540 *previdenciários. Síntese da Situação da Carteira: A análise consolidada demonstra que a carteira de*
541 *investimentos da RioPretoPrev permanece majoritariamente enquadrada nos limites e critérios estabelecidos*
542 *pela regulamentação vigente, apresentando adequada diversificação entre diferentes segmentos de aplicação e*
543 *alinhamento com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos. Eventuais situações identificadas*
544 *de desenquadramento passivo decorrem da entrada em vigor de novas exigências trazidas pela Resolução*
545 *CMN nº 5.272/2025, especialmente no que se refere: à classificação prudencial das instituições*

administradoras ou gestoras dos fundos de investimento; ao percentual de participação conjunta de recursos de RPPS no patrimônio líquido de determinados fundos. Tais situações encontram-se devidamente identificadas e sob acompanhamento da área de investimentos e do Comitê de Investimentos, sendo avaliadas periodicamente quanto às alternativas disponíveis para eventual reenquadramento, sempre observando as condições de mercado e a preservação dos interesses do Regime Próprio de Previdência Social.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS: Conforme os relatórios internos da RioPretoPrev e da LDB Consultoria, é notável que todos os fundos presentes na carteira estão em conformidade com a Política de Investimentos, aproximando-se dos objetivos estabelecidos. A análise dos diferentes segmentos, de acordo com os artigos, incisos e alíneas especificados, demonstra a aderência aos parâmetros previamente definidos: Renda Fixa: Art. 7º, I => 4,45% do PL (Objetivo: 2,50%; Limite entre 0% e 100%); Art. 7º, III => 62,03% do PL (Objetivo: 59,70%; Limite entre 0% e 100%); Art. 7º, V => 7,61% do PL (Objetivo: 9,00%; Limite entre 0% e 60%); Art. 7º, VI => 1,88% do PL (Objetivo: 1,80%; Limite entre 0% e 10%). Renda Variável: Art. 8º, I => 6,91% do PL (Objetivo: 7,00%; Limite entre 0% e 30%); Art. 8º, III => 3,84% do PL (Objetivo: 4,5%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos no Exterior: Art. 9º, II => 0,92% do PL (Objetivo: 1,00%; Limite entre 0% e 10%); Art. 9º, III => 2,38% do PL (Objetivo: 3,0%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => 6,45% do PL (Objetivo: 7,00%; Limite entre 0% e 15%); Art. 10º, III => 3,53% do PL (Objetivo: 4,50%; Limite entre 0% e 10%). Essa aderência aos limites e diretrizes estabelecidos reforça a eficácia da gestão de investimentos da RioPretoPrev, evidenciando a coerência com os objetivos traçados na Política de Investimentos.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ENTRE INSTITUIÇÕES E BENCHMARKS: A alocação de recursos entre instituições e benchmarks na carteira da RIOPRETOPREV é detalhada a seguir: Banco do Brasil (R\$ 7,77 mi; 1,09% do PL): 04 fundos: 3 Invest. Exterior, 1 RF. Caixa (R\$ 70,4 mi; 10,17% do PL): 10 fundos: 2 RV local, 1 RV BDR, 07 RF. Notáveis: fundos DI. Bradesco (R\$ 38,09 mi; 5,50% do PL): 01 fundos: RF DI. Destaque: Fundo DI Premium, um dos melhores do segmento no mercado de RPPS. XP Investimentos (R\$ 13,6 mi; 1,86% do PL): 04 fundos: RV dividendos, Invest. Exterior e 2 FIPs (Pátria Investimentos e XP Selection Prime). Custódia das NTN-Bs (R\$ 428,56 mi; 62,03% do PL). Custódia LF BTG Pactual (R\$ 12,97 mi; 1,88% do PL). Santander (R\$ 9,49 mi; 1,26% do PL): 01 fundo: Exterior Global ESG, sem variação cambial. Western Asset (R\$ 13,09 mi; 1,80% do PL): 01 fundos: RV BDR. Kinea/Lions (R\$ 12,92 mi; 1,75% do PL): 01 fundo: FIP adquirido em 2017, em fase de desinvestimentos. Kinea/Intrag (R\$ 3,82 mi; 0,61% do PL): 01 fundo: FIP em captação inicial. BTG Pactual (R\$ 57,27 mi; 8,02% do PL): 05 fundos: RV de ações valor, Multimercado S&P 500, FIP Economia Real em captação inicial, FIP Infraestrutura também em fase de captação de recursos e exterior multimercado. Banco Daycoval (R\$ 22,35 mi; 2,94% do PL): 02 fundos: 1 RV com gestão Tarpon e 1 com gestão Guepardo, ambos de ações valor. Vinci Compass (R\$ 1,6 mi; 0,25% do PL): 01 fundo: FIP em captação inicial. Itaú Unibanco (R\$ 2,68 mi; 0,37% do PL): 01 fundo: RV com pequena exposição em IE. Banco Safra (R\$ 2,92 mi; 0,42% do PL): 01 fundo: RV dividendos. Essa estratégia reflete a abordagem criteriosa da RIOPRETOPREV, buscando otimizar o retorno e gerenciar riscos eficientemente.

585 *DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA E COMENTÁRIOS SOBRE A*
586 *PERFORMANCE DOS FUNDOS E RESPECTIVOS SEGMENTOS: A presente seção*
587 *oferece uma análise detalhada da distribuição dos recursos da carteira da RioPretoPrev, apresentando uma*
588 *visão abrangente dos diferentes segmentos de investimento e seus respectivos fundos. Ao longo do texto, serão*
589 *fornecidos comentários aprofundados sobre o desempenho de cada fundo, destacando os resultados alcançados*
590 *em relação às metas estabelecidas e as condições de mercado enfrentadas durante o período em análise. Essa*
591 *análise crítica visa proporcionar uma compreensão integral da performance da carteira, oferecendo insights*
592 *valiosos para a tomada de decisões estratégicas futuras. RENDA FIXA: Ao final do mês de março,*
593 *75,97% dos recursos (R\$ 531,88 milhões) foram alocados em Renda Fixa, conforme a Resolução n.º*
594 *5.272/2025 (art. 7º). O segmento encerrou o período com uma valorização média de 1,31%. Em março,*
595 *no cenário doméstico, a inflação de curto prazo manteve-se pressionada, com a divulgação do IPCA de*
596 *fevereiro registrando alta de 0,70%, evidenciando uma composição menos favorável, com maior difusão entre*
597 *os componentes. Adicionalmente, o ambiente foi impactado por fatores como a elevação dos preços do petróleo*
598 *no mercado internacional, levando o governo a anunciar medidas para mitigar seus efeitos sobre o diesel, o*
599 *que trouxe ruídos adicionais às expectativas inflacionárias. Por outro lado, a atividade econômica apresentou*
600 *recuperação no início do ano, enquanto o mercado de trabalho seguiu aquecido, reforçando a resiliência da*
601 *demanda doméstica. Nesse contexto, o Comitê de Política Monetária iniciou o ciclo de corte de juros,*
602 *reduzindo a taxa Selic para 14,75% a.a. (-0,25 p.p.), em movimento cauteloso diante das incertezas fiscais*
603 *e da necessidade de manutenção da convergência inflacionária. O cenário contribuiu para uma dinâmica*
604 *mista na curva de juros, com impacto negativo nos ativos prefixados e maior estabilidade nos indexados à*
605 *inflação. No período, os indicadores refletiram esse ambiente: CDI (1,21%) apresentou desempenho*
606 *positivo, enquanto IMA-B (0,17%) registrou leve valorização e o IRF-M (-0,59%) apresentou retorno*
607 *negativo, refletindo a abertura na curva de juros prefixados. Ao final de março, a carteira de Renda Fixa*
608 *terminou composta por nove fundos ativos, representando 12,16% da carteira: sendo seis fundos 100%*
609 *Títulos Públicos, totalizando 4,45% da carteira, representados pelo Artigo 7º I, rendendo 1,14%. Três*
610 *fundos lastreados em ativos de curto prazo, representados por fundos DI, os quais correspondem a 7,61%*
611 *da carteira e renderam em média 1,16%, compostos pelo Artigo 7º V. Em relação aos títulos públicos*
612 *federais, o segmento fechou com 62,03% do PL da carteira, apresentou uma rentabilidade média de 1,34%.*
613 *As Letras Financeiras da carteira tiveram rendimento médio de 1,51% no mês, representando 1,88% do*
614 *PL. O fundo em destaque do segmento foi: BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOUREIRO*
615 *SELIC FIC FIF RESP LIMITADA, fechando o mês com rentabilidade de 1,21%. De forma geral,*
616 *a Renda Fixa encerrou o mês com uma valorização de R\$ 6.856.639,32, rendimento médio de 1,30%.*
617 *RENDA VARIÁVEL: No mês de março, 10,75% (R\$ 75,25 milhões) dos recursos terminaram*
618 *alocados em Renda Variável, conforme a Resolução n.º 5.272/2025 (art. 8º): em fundos de ações (Art.*
619 *8º, I), 6,91% da carteira e se desvalorizaram em média 4,20% no mês. E em fundos BDR (Art. 8º, III),*
620 *3,84% da carteira e desvalorizaram em média 3,85% no mês. O segmento de Renda Variável terminou*
621 *com uma desvalorização de 4,08%. No mercado de renda variável doméstico, março foi marcado por*
622 *desempenho negativo dos principais índices, em um ambiente de maior aversão ao risco. O Ibovespa recuou*
623 *-0,70%, acompanhado pelo IBRX 100 (-0,64%), enquanto o segmento de Small Caps apresentou queda*

624 mais acentuada (-5,77%), refletindo maior sensibilidade a condições financeiras mais restritivas e ao
625 aumento das incertezas. O índice de dividendos (IDIV) também registrou leve retração (-0,23%). O cenário
626 foi influenciado pela elevação dos preços do petróleo, que atingiram o maior patamar em dois anos em meio
627 à intensificação do conflito no Oriente Médio, aumentando a volatilidade global. No ambiente doméstico,
628 houve ruídos relacionados à possibilidade de paralisação de caminhoneiros, posteriormente amenizada por
629 propostas do governo. Adicionalmente, o início do ciclo de corte de juros pelo Copom, ainda que positivo no
630 longo prazo, foi conduzido de forma cautelosa, limitando o apetite por risco no curto prazo. Os recursos do
631 Art. 8º, I fecharam distribuídos entre vários segmentos de mercado, como: Dividendos, Alocação em
632 Segmentos de Mercado/ Ações Livre e Fundos de "Valor". Apenas os fundos BTG PACTUAL FLA
633 OPORTUNIDADES LISTADAS I e SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIF obtiveram
634 rentabilidades positivas no mês, de 7,72% e 0,08% respectivamente. Já no Art. 8º, III, composto pelos
635 fundos BDR, todos os fundos foram negativos no período. De forma geral, a renda variável encerrou o mês
636 com desvalorização de R\$ 3.197.231,90, correspondendo a -4,07%. INVESTIMENTOS NO
637 EXTERIOR: No mês de março, 3,30% (R\$ 23,09 milhões) dos recursos foram destinados a
638 Investimentos no Exterior, seguindo a Resolução n.º 5.272/ 2025 (art. 9º), e o segmento teve desvalorização
639 média de -7,30% no mês. No cenário internacional, março foi marcado por forte aversão ao risco e queda
640 expressiva nos principais mercados globais. Em moeda original, o MSCI World recuou -6,55% e o S&P
641 500 caiu -5,09%, refletindo o aumento das incertezas globais. Em reais, as perdas foram parcialmente
642 mitigadas pela valorização do dólar (+1,36%), com o MSCI World registrando -5,28% e o S&P 500 -
643 3,80%. O ambiente externo foi impactado pela escalada do conflito no Oriente Médio, que pressionou os
644 preços do petróleo, além de sinais de enfraquecimento do mercado de trabalho nos Estados Unidos. O
645 Federal Reserve optou por manter a taxa de juros, indicando cautela diante das incertezas geopolíticas e
646 postergando expectativas de cortes para períodos futuros. Adicionalmente, decisões judiciais envolvendo
647 tarifas comerciais e a revisão para baixo da meta de crescimento do PIB da China reforçaram o cenário de
648 desaceleração global. Nos fundos de Investimento no Exterior (art. 9º, II), ficaram alocados 0,92% do
649 patrimônio líquido (PL) da Riopretoprev, totalizando R\$ 6,42 milhões, e esses fundos fecharam o mês com
650 valorização média de 5,25%. Nos fundos de Investimento no Exterior – Investidor Geral (art. 9º, III),
651 ficaram alocados 2,38% da carteira, com desvalorização média de 8,07%. Todos os fundos do segmento
652 apresentaram rentabilidade negativa no mês. No geral, o segmento de Investimentos no Exterior (IE)
653 encerrou o mês com uma desvalorização de R\$ -1.818.623,81, o que corresponde a uma rentabilidade
654 negativa de -7,30%. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS: No mês de março, 10,15%
655 (R\$ 69,88 milhões) dos recursos ficaram alocados em Investimentos Estruturados. Em fundos
656 Multimercados (art. 10º, I), ficaram 6,45% do patrimônio líquido (PL) da Riopretoprev, totalizando
657 R\$ 45,15 milhões, com uma desvalorização de 4,31%, representados pela estratégia S&P-500. Nos
658 fundos de participação (art. 10º, III), ficaram 3,53% do PL, o equivalente a R\$ 24,73 milhões, alocados
659 no FIP Kinea IV, no FIP Kinea V, no FIP BTG Pactual Economia Real II Multiestratégia, no BTG
660 Pactual Infraestrutura III, no Pátria PE VII Advisory FIP Multi - Classe C, no FIP VCP IV, e no
661 XP Selection Prime (que teve sua primeira chamada de capital realizada no dia 19/03/2026), com uma
662 valorização média no segmento de 4,60% no mês. Houve integralização da 5ª Chamada de Capital do

663 VINCI CAPITAL PARTNERS IV, totalizando R\$ 178.500,00. Ainda, a integralização da 11^a
664 Chamada de Capital do PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII, no valor de R\$ 12.842,26. Além da
665 primeira integralização do XP SELECTION PRIME, totalizando R\$ 292.000,00. Destacamos a
666 remarcação de cotas dos FIPs BTG PACTUAL ECONOMIA REAL II, BTG PACTUAL
667 INFRAESTRUTURA III e KINEA PRIVATE EQUITY V, com valorizações de 17,11%,
668 12,41% e 12,78%, respectivamente, que contribuíram com uma valorização de 4,60% no mês para o
669 fundo. No geral, o segmento de Investimentos Estruturados encerrou o mês com uma desvalorização de
670 R\$ 943.894,19, rentabilidade média de -1,34 % no mês. **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA:**
671 No fechamento do mês de março de 2026 todos os recursos estavam aplicados no mercado financeiro fechando
672 as contas com saldo zerado. **DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA E**
673 **OBSERVÂNCIA DA POLÍTICA DE RISCOS:** Após análise dos resultados, os membros
674 constataram que a carteira está aderente à Política de Riscos 2026. Aqui destacamos que todos os segmentos
675 estão dentro dos limites de VaR (Value at Risk) definidos na Política de Investimentos, em conformidade
676 com a Política de Riscos vigente. Destacamos ainda que a liquidez da carteira está com limites dentro do
677 previsto na Política de Investimentos, sendo de no mínimo 20% resgatáveis em 30 dias. **PRINCIPAIS**
678 **INDICADORES DOS INVESTIMENTOS DA RIOPRETOPREV NO MÊS DE**
679 **MARÇO DE 2026:** Frente à volatilidade inerente do mercado financeiro, o empenho do Comitê de
680 Investimentos emerge como um elemento crucial na busca pelo cumprimento da meta atuarial estabelecida.
681 Em um período desafiador, marcado por oscilações e incertezas, o Comitê demonstrou uma abordagem
682 estratégica, trabalhando para otimizar os retornos e mitigar os riscos. A rentabilidade da carteira no mês
683 foi positiva, porém ficou abaixo da meta atuarial, pressionada pelos desdobramentos da guerra entre EUA
684 e Irã, que impactaram os preços do Petróleo no mundo, trazendo volatilidade ao mercado. Dessa forma, a
685 inflação — que vinha em trajetória de queda e limitando o retorno dos títulos marcados na curva — passou
686 a contribuir positivamente para essa classe de ativos diante da recente elevação dos preços. Por outro lado,
687 esse movimento impactou negativamente os ativos de renda variável no período. Esse comportamento reforça
688 a importância de uma carteira diversificada, com exposição a diferentes fatores de risco — como inflação,
689 juros e câmbio. Dessa forma, embora determinados segmentos possam apresentar desempenho negativo em
690 períodos específicos, a diversificação contribui para a redução da volatilidade e para maior resiliência da
691 carteira ao longo do tempo. Nesse contexto, a manutenção de uma visão de longo prazo é fundamental,
692 permitindo que os diferentes ciclos econômicos se compensem, sem perder de vista o acompanhamento contínuo
693 dos movimentos de mercado e eventuais ajustes táticos necessários. Assim, frente aos desafios do cenário
694 econômico atual, o Comitê segue atento e comprometido com a mitigação de riscos da carteira. Abaixo segue
695 uma análise detalhada dos principais indicadores que permite observar o desempenho: **RENDIMENTO**
696 **FINANCEIRO x META ATUARIAL no mês de março de 2026:** **RENDIMENTO em março-**
697 **2026 (em R\$):** R\$ 896.889,42; **RENDIMENTO em março-2026 (em %):** 0,13%; **META**
698 **ATUARIAL em março -2026 (%):** 1,36%; **RAZÃO:** **RENDIMENTO FINANCEIRO x**
699 **META ATUARIAL (%) EM MARÇO-2026:** 9,56%. **RAZÃO:** **RENDIMENTO**
700 **FINANCEIRO x META ATUARIAL ANUAL:** **RENDIMENTO ano (em R\$):**
701 **R\$ 13.150.320,55;** **RENDIMENTO ano (em %):** 1,93%; **META ATUARIAL ano (%):**

702 3,28%; RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL ano (%):
703 58,84%; META GERENCIAL (IMA-B) (%): 2,98%; CDI (%): 3,41%; IRF M1 (%): 3,28%;
704 IBOVESPA (%): 16,35%; IBX-50 (%): 17,68%; S&P 500 (USD) (%): -4,63%; MSCI ACWI
705 (USD) (%): -3,52%. PERFORMANCE NOS ÚLTIMOS PERÍODOS: ATINGIMENTO
706 DA META ATUARIAL: NOS ÚLTIMOS 3 MESES: 58,84%; NOS ÚLTIMOS 6
707 MESES: 99,23%; NOS ÚLTIMOS 12 MESES: 138,24%; NOS ÚLTIMOS 24 MESES:
708 117,30%; NOS ÚLTIMOS 36 MESES: 108,33%; NOS ÚLTIMOS 48 MESES: 99,45%; DO
709 ANO EM CURSO: 58,84%; DESDE O INÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO DA
710 CARTEIRA: 65,03%; DESDE O INÍCIO DA RIOPRETOPREV: 88,30%. Adriano
711 Antônio Pazianoto mostrou a análise de risco da carteira, constatando que todos os
712 segmentos estão dentro dos limites de *Var* (*Value at Risk*) estabelecidos na Política de
713 Investimentos e atendendo, também, à Política de Riscos. Também mostrou, em relação a
714 liquidez da carteira, que 27,26% dos ativos são resgatáveis em até 30 dias, dentro do limite
715 mínimo de 20%. A Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério questionou se a
716 RioPretoPrev possui levantamento comparativo do desempenho dos investimentos em
717 relação à meta atuarial, a fim de verificar, ano a ano, os períodos em que a rentabilidade
718 ficou acima ou abaixo da meta e qual teria sido a diferença acumulada ou apurada em cada
719 exercício. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, esclareceu que a
720 RioPretoPrev possui acompanhamento do índice de atingimento da meta atuarial desde sua
721 criação. Informou que, até o período da pandemia, o histórico da Autarquia indicava
722 cumprimento superior a 100% da meta, embora com variações anuais. Explicou que a
723 pandemia impactou negativamente esse resultado, em razão da instabilidade dos mercados,
724 da redução dos juros e da elevação da inflação, fazendo com que o índice acumulado caísse
725 para cerca de 80% ao final daquele período. Destacou, contudo, que o desempenho vem
726 se recuperando gradualmente, alcançando aproximadamente 88,3% de atingimento da meta
727 desde o início da RioPretoPrev. Ressaltou que a expectativa é recuperar, no futuro, o
728 patamar de 100% da meta acumulada, o que exigirá consistência nos resultados dos
729 próximos exercícios. O Conselheiro suplente no exercício da titularidade e membro do
730 Comitê de Investimentos, Mário José Piccarelli de Castro, complementou a informação
731 apresentando dados históricos sobre o cumprimento da meta atuarial, registrando que, até
732 2019, a RioPretoPrev acumulava índice 108,4% da meta, reduzido para 103,63% em 2020,
733 no início da pandemia, e chegando ao patamar de 82,79% em 2022, final da pandemia,
734 recuperando nos anos seguintes até chegar atualmente próximo a 89%. Não havendo
735 dúvidas, colocadas em votação, **restaram aprovadas, por unanimidade, as informações**
736 **sobre os investimentos da entidade no mês de março de 2026.** Em seguida o colegiado
737 analisou as decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos nas reuniões ordinárias e
738 extraordinárias do mês de abril/2026 (Interno nº 484/2026), a saber: Reunião ordinária do dia
739 13 de abril de 2026: 1) *Atendimento do Sr. Marcos Almeida da LDB Consultoria;* 2) *Atendimento dos*
740 *Srs. Yago Augusto Rodrigues Costa e Carlos Martins da Kinea Investimentos, e Fernando de Sá Pinto*

741 do Itaú Unibanco S.A.; 3) Aprovação das atas nº 264 de 11/03/2026 e nº 265 de 23/03/2026; 4)
742 Análise dos relatórios do 4º trimestre 2025 dos FIPS: Kinea IV, Kinea V, Pátria VII, VCP IV e
743 BTG Economia Real II; 5) Deliberação, por unanimidade, pela utilização de recursos da conta corrente
744 de benefícios da CEF, 000575270695-1, caso haja recursos disponíveis na data da integralização ou, se
745 necessário, resgate da quantia necessária do fundo CAIXA BRASIL FIF RF Ref DI LP – RL,
746 CNPJ: 03.737.206/0001-97, para integralização da 10ª Chamada de Capital do BTG PACTUAL
747 INFRAESTRUTURA III FEEDER FIP MULTIESTRATEGIA, CNPJ
748 49.430.776/0001-30. Reunião extraordinária do dia 22 de abril de 2026: 1) Deliberação, por maioria,
749 favoravelmente pela renovação do contrato de consultoria em investimentos com a LDB Consultoria
750 Financeira Ltda, CNPJ: 26.341.935/0001-25, que vence em maio/2026, com ressalva de que o Comitê
751 de Investimentos continuará diligenciando e realizará estudo durante a vigência restante do contrato para
752 verificar possibilidade de melhorias ou outras opções de consultoria e sistemas de acompanhamento de
753 investimentos, buscando aprimoramento contínuo dos serviços prestados, maior aderência às necessidades do
754 RPPS e eventual otimização dos processos de análise, monitoramento e tomada de decisão; 2) Deliberação,
755 por unanimidade, pela utilização de recursos da conta corrente de benefícios da CEF, 000575270695-1,
756 caso haja recursos disponíveis na data da integralização ou, se necessário, resgate da quantia necessária do
757 fundo CAIXA BRASIL FIF RF Ref DI LP – RL, CNPJ: 03.737.206/0001-97, para
758 integralização da 2ª Chamada de Capital do XP SELECTION PRIME FEEDER
759 INSTITUCIONAL FIP, CNPJ 61.811.959/0001-00. Reunião ordinária do dia 27 de abril de
760 2026: 1) Aprovação, por unanimidade, da ata nº 266 de 13/04/2026; 2) Aprovação, por unanimidade,
761 da atualização dos credenciamentos das seguintes instituições e fundos com encaminhamento ao CMP para
762 referendo: Distribuidor / intermediário / instituição emissora de ativo financeiro de RF: BANCO BTG
763 PACTUAL S.A., CNPJ: 30.306.294/0001-45; Gestor: BTG Pactual Asset Management SA
764 DTVM, CNPJ: 29.650.082/0001-00; Administrador: BTG PACTUAL SERVIÇOS
765 FINANCEIROS S.A DTVM, CNPJ: 59.281.253/0001-23; Fundo: BTG PACTUAL
766 ECONOMIA REAL II FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
767 MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 44.172.951/0001-
768 13; Custodiante: XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E
769 VALORES MOBILIÁRIOS S/A, CNPJ: 02.332.886/0001-04; 3) Aprovação, por
770 unanimidade, das informações sobre Investimentos do mês 03/2026, com emissão de parecer favorável
771 quanto à sua precisão e conformidade; 4) Deliberação, por unanimidade, pela utilização de recursos da
772 conta corrente de benefícios da CEF, 000575270695-1, caso haja recursos disponíveis na data da
773 integralização ou, se necessário, resgate da quantia necessária do fundo CAIXA BRASIL FIF RF Ref
774 DI LP – RL, CNPJ: 03.737.206/0001-97, para integralização da 1ª Chamada de Capital do Tarpon
775 Bluefin Private Fundo de Investimento em Cotas de FIP Multiestratégia Responsabilidade Limitada,
776 CNPJ nº 59.030.242/0001-70 (anteriormente denominado TARPON OPORTUNIDADES
777 PRIVADAS FIP MULTIESTRATÉGIA RESP LIMITADA); 5) Deliberação, por
778 unanimidade, pela otimização e/ou realização de lucros nos segmentos de renda variável, investimentos no
779 exterior e investimentos estruturados com realocação de recursos em renda fixa, mantendo-se limites previstos

na Política de Investimentos e Riscos de 2026 e indicações trazidas no último estudo de ALM (2025) da seguinte forma: a) Resgates: i) Resgate total do fundo CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC CLASSE FIF EM AÇÕES RL, CNPJ: 14.507.699/0001-95 (aprox. R\$ 9,5 milhões em 23/04/26); ii) Resgate parcial de R\$ 2 milhões do fundo CAIXA ATENA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANT FIC DE CLASSE DE FIF EM AÇÕES RL, CNPJ: 30.068.169/0001-44; iii) Resgate parcial de R\$ 1 milhão do XP INVESTOR DIVIDENDOS CI AÇÕES – RL, CNPJ: 16.575.255/0001-12; iv) Resgate parcial de R\$ 1 milhão do SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIF CIC AÇÕES RL, CNPJ: 02.097.252/0001-06; v) Resgate parcial de R\$ 3 milhões do SANTANDER GO GLOBAL EQUITY REAIS IS MULT IE - FIF RL, CNPJ: 34.258.351/0001-19; vi) Resgate parcial de R\$ 12 milhões do BTG PACTUAL S&P 500 BRL FIM – RL, CNPJ: 36.499.594/0001-74; b) Aplicação: i) dos recursos resgatados do fundo BTG PACTUAL S&P 500 BRL FIM – RL, CNPJ: 36.499.594/0001-74 com aquisição de NTN-B com vencimento em 2031, com remuneração acima de IPCA+7,00%, acima da meta atuarial, marcados na curva; ii) dos demais recursos resgatados no fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, até nova deliberação; c) Utilização do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, para alocação dos recursos que não puderem ser alocados imediatamente de acordo com as deliberações do comitê nas movimentações acima descritas; 6) Deliberação, por unanimidade, por oficiar todas as instituições com fundos desenquadrados passivamente na carteira em algum dos parâmetros da Res. CMN nº 5.272/2025 para que informem se estão sendo adotadas providências para regularização dos desenquadramentos. 7) Deliberação, por unanimidade, por encaminhamento de ofício ao Conselho Municipal de Previdência informando sobre necessidade de indicação de membros para composição do Comitê de Investimentos para o período de 28 de junho de 2026 a 27 de junho de 2028, observando-se a necessidade prévia de certificação profissional. Então, restaram referendadas, por unanimidade, as decisões do Comitê de Investimentos relativas ao mês de abril, de 2026. Esgotada a pauta, a Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin questionou qual seria a data da próxima reunião do Conselho, ao que o Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, informou que verificaria a data exata da próxima reunião no grupo do Conselho e a divulgaria posteriormente, esclarecendo que haveria alteração em razão da realização de evento no mês de junho. Após consulta às anotações, indicou que a próxima reunião provavelmente ocorrerá em 18 de junho, considerando que, na primeira semana do mês, haverá o congresso em Natal, com participação de conselheiros. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin questionou se já havia sido verificada a possibilidade de sua participação no evento em Águas de Lindóia. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, respondeu que a participação da Conselheira provavelmente é viável, informando que a organização será iniciada após a conclusão das providências relativas ao outro congresso em andamento. Esclareceu que, para fins de

planejamento, ainda será necessário levantar custos e informações sobre deslocamento, veículo e consumo, a fim de estimar a melhor forma de viabilizar a participação. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin agradeceu o esclarecimento e questionou quais conselheiros haviam se prontificado a participar do evento em Lindóia. O Conselheiro suplente no exercício da titularidade, Mário José Piccarelli de Castro, informou que, conforme registros disponíveis, a Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin e a Conselheira suplente Rosycarmen Pontes Gestal Alvares haviam indicado a possibilidade de deslocamento conjunto de carro para o evento em Lindóia. Informou, ainda, que as Conselheiras Rosimere Cleide Souza Desidério e Teresa Cristina Sicoli Vilela manifestaram interesse em realizar o deslocamento de ônibus, e que o Diretor-Superintendente, Miguel Elias Daffara, também havia indicado intenção de participar do referido evento. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin observou que, até aquele momento, ainda não havia disponibilidade de agenda aberta no hotel onde será realizado o evento em Lindóia, o que poderia impactar a organização da hospedagem e demais providências. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, esclareceu que a disponibilidade de hospedagem ainda será levantada, mas informou que há desconto em razão da parceria vinculada ao evento da APEPREM. Orientou que, caso os conselheiros entrem em contato com o hotel para consultar vagas, mencionem tratar-se do evento da APEPREM, pois a disponibilidade e as condições podem ser tratadas de forma específica para os participantes. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, franqueou a palavra ao Diretor-Superintendente, Miguel Elias Daffara, para manifestação de encerramento da reunião. O Diretor-Superintendente, Miguel Elias Daffara, registrou que ficou mais tranquilo com a aprovação da recondução dos atuais membros do Comitê de Investimentos, destacando a importância da continuidade dos trabalhos e mencionando que, na mesma manhã, Patrícia Nato Toninato Bartolomei havia manifestado preocupação com estratégias de investimentos. Ressaltou o esforço realizado para viabilizar a participação de Daniel Henrique Martins Biot no Comitê, juntamente com Mário José Piccarelli de Castro, Wilclem de Lazari Araujo e Adriano Antônio Pazianoto, reconhecendo que os resultados demonstram que a RioPretoPrev está no caminho adequado. Observou, contudo, que as manifestações das conselheiras também despertaram a necessidade de pensar em eventuais substituições futuras, pois, em matéria previdenciária, é necessário prever riscos e evitar que o Comitê fique desguarnecido. Destacou que, em 2025 e 2026, a carteira de investimentos apresentou desempenho positivo, com superação da meta em 2025 e recuperação em abril de 2026, após oscilações nos meses anteriores, lembrando que o mercado financeiro é sensível a instabilidades econômicas e políticas. Quanto ao abono de permanência, reforçou que o pagamento é de responsabilidade da Prefeitura, mas considerou pertinentes as sugestões de ampliação da divulgação por meio do aplicativo e das ações do RioPretoPrev Itinerante, informando que conversará com as servidoras responsáveis para avaliar formas de fortalecer a educação previdenciária. Também agradeceu a correção promovida pela

858 reforma previdenciária quanto às regras aplicáveis aos servidores com deficiência,
859 ressaltando a necessidade de capacitação específica para que a Autarquia possa atender esse
860 público com olhar adequado. Por fim, acolheu a observação da Conselheira Adriana
861 Rambaio Tonin sobre o cuidado com imagens estereotipadas de aposentados, relatando
862 sua própria condição de aposentado ativo, e concluiu incentivando os conselheiros a
863 buscarem cada vez mais conhecimento, participarem de congressos, realizarem perguntas
864 e utilizarem fontes técnicas de informação, a fim de que as decisões do Conselho sejam
865 pautadas por critérios técnicos e não por ideologia política. Por fim, sem mais assuntos, eu,
866 Adriano Antônio Pazianoto (assinatura *digital*), lavro a presente ata que, para fins de
867 consolidação, vai assinada por mim e pela Secretária do Colegiado, Teresa Cristina Sicoli
868 Vilela (assinatura *digital*). Ata aprovada, por unanimidade, na reunião virtual de 18/06/2026
869 (reunião ordinária de junho de 2026). *Assinaturas Digitais na margem do termo.*

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto – SP - Telefone (17) 3222 7445

E-mail: contato@riopretoprev.sp.gov.br - <https://www.riopreto.sp.gov.br/conselhos/conselho-municipal-de-previdencia>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3F04-56C1-6F1A-F642

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO** (CPF 327.XXX.XXX-48) em 18/06/2026 12:08:50 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO** (CPF 161.XXX.XXX-36) em 18/06/2026 13:00:20 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO** (CPF 219.XXX.XXX-01) em 18/06/2026 17:58:02 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO** (CPF 250.XXX.XXX-16) em 19/06/2026 15:22:08 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **TERESA CRISTINA SICOLI VILELA** (CPF 080.XXX.XXX-32) em 22/06/2026 07:52:15 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **ROSYCARMEN PONTES GESTAL ALVARES** (CPF 127.XXX.XXX-46) em 25/06/2026 09:49:32 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/3F04-56C1-6F1A-F642>